

Opinião

opinio@rac.com.br

zeza amaral

O berro da lei

Dói-me ver o Brasil com tantas mentiras. Eduardo Cunha, o presidente da Câmara Federal, em chantagem explícita contra a presidente Dilma Rousseff, e ela usinando a mesma esparralha contra ele. São dois em um só: farinha do mesmo saco. São ambos incompetentes morais e por isso devem deixar seus cargos. Não importa os votos, mas o que diz a lei escrita na Constituição.

Roubam sempre os políticos os nossos sonhos mais simples, uma escola melhor, um hospital decente, um projeto de segurança pública que nos dê um sonho de voltar a pôr cadeiras nas calçadas, onde mães possam trocar receitas com as vizinhas, aguardando seus homens voltarem do trabalho - alguns cambaleando de alegria e outros tantos apaixonados. Cadê este país?

Comentar se Dilma Rousseff não pode ser empichada é fofoca dessa coisa politicamente correta das feministas. Dilma não é mulher; ela é presidente da República. E ela deve responder pelos seus atos que levaram o País à bancarrota moral e política, dando ou não pedaladas fiscais. O fato é que a Petrobras, sob seu comando até os dias de hoje, criou em seu ventre administrativo uma quadrilha que surrupiou bilhões de dólares dos contribuintes brasileiros. Imposto é uma coisa esquisita que pagamos; parece que pertence aos céus, às almas penadas, ou aos anjos da guarda, que nada guardam, que não nos protegem dos demônios que nos assombram com inflação, queda no PIB, do emprego e nos investimentos internacionais.

Os locutores dos jornais televisivos apenas falam disso ou daquilo, em asséptica informação sobre a realidade política do País. Falam do que acontece e nada opinam. Sexo dos anjos ou borboletas. Ninguém tem opinião sobre o que está acontecendo com o desgoverno federal, com as mentiras eleitorais da então candidata Dilma Rousseff, que, mais que documentadas, fez exatamente o contrário do que afirmara quando em campanha re-eleitoral. Dilma mentiu. Dilma sempre mentiu sobre o seu programa governo - aliás, esse nunca existiu, a não ser mentiras em cima de mentiras.

Há quem diga o que eu digo com palavras cruas, embora patronos intelectuais defendam o PT com argumentos empolados, verbetes acadêmicos, elegantes para o gáudio dos defensores dos ladrões da pátria - e eles são necessários para o entendimen-

to da Justiça, os advogados - para provar, de uma forma inversa do direito natural dos fatos, que seus clientes são injustamente acusados daquilo que fizeram. Nada entendo da verbosidade do Direito. Apenas quero justiça. Quem roubou que pague pelo seu ato. Quem foi omissivo que pague pela conveniência. E Dilma Rousseff, como ministra das Minas e Energia, Chefe da Casa Civil e agora presidente da República era (e continua sendo) a autoridade da Petrobras e das demais estatais do país. E ela vem falhando desde que assumiu um cargo federal, batendo continência ao ex-presidente Lula da Silva, e, agora, à sua própria ignorância e despreparo político.

Dane-se a prisão de Delcídio Amaral, um dos maiores estelionatários políticos do PT. Ele é pinto perto do José Diceu. O fato é que Lula sempre abandona os remadores do seu barco político quando uma "marolinha" de escândalo balança ou quando o jatinho onde ele viaja às expensas de algum empresário interessado em verbas do BNDES a alguma tirania africana passa por uma turbulência. Mas ninguém ainda inventou boia ou paraquedas a almas necessitadas, angustiadas e atadas a seus próprios descaminhos republicanos. E eis o Brasil com 9 milhões de desempregados, 45 milhões de inadimplentes e com 40% da população norte/nordestina sem sequer um vaso sanitário. É isso o governo petista.

E mais não digo para não encher a paciência do raro leitor que, bem sei, já está cansado dessa malandragem política. Parlamentarismo e voto distrital seria uma boa solução para espantar os políticos safados de nossos lares, das nossas ruas, cidades, estados e país. Impedimento da Dilma Rousseff é coisa natural para quem conhece a Lei 1079 da Constituição Federal. E é problema dela provar o contrário. E o problema do Lula é provar que nada sabia da ladroagem do José Dirceu, Delúbio Soares, José Genofino e Vacari Neto, sem contar com o estranho enriquecimento dos seus filhos e da sua própria vida milionária de palestrante.

Não faço juízo de nada. Apenas aguardo que a Justiça faça seu trabalho e nos dê esperança para que o contraditório seja respeitado. Sem nada ouvir além das letras da lei. E elas berram. E como berram.

Bom dia.

■ ■ Zeza Amaral é jornalista, escritor e músico

“Tenho amigos muçulmanos, que são gente muito boa, mas sabem que há um problema”

Donald Trump, pré-candidato republicano à Casa Branca, propondo a proibição da entrada de muçulmanos nos EUA.



dalcio

NA CASA DE PERO VAZ...

“... e, pois que, Senhor, é certo que assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há-de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé Jorge de Osório, meu genro, o que d’Ela receberei em muita mercê.
Beijo as mãos de Vossa Alteza...”



PUTZ! O REI D. MANUEL VAZOU MINHA CARTA NAS REDES



PESQUISAS

A realidade do IAC

ORLANDO MELO DE CASTRO

Os nossos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Instituto de Zootecnia (IZ), Instituto Biológico (IB), Instituto de Pesca (IP), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Instituto de Tecnologia dos Alimentos (ITAL) - têm mantido intensa atividade e são muito produtivos. Seus estudos, pesquisas e resultados impactam diretamente na produtividade do setor agropecuário paulista e brasileiro.

Alguns falam de um suposto desmonte dos nossos Institutos, porém, argumentos usados são falácias e causam desinformação da população. Ao contrário do que afirmou neste espaço o pesquisador aposentado Raul Soares Moreira (05/12), o IAC e demais institutos estão em atividade e justificam plenamente sua existência. O Estado estimula para que continuem em crescente produtividade e, melhor, investindo bem o dinheiro dos impostos dos contribuintes.

Como coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e ex-diretor do IAC, tenho grande paixão pelos Institutos da Secretaria e, lógico, pelo IAC, onde desenvolvi minha carreira de pesquisador, assim como tenho amor por Campinas. Não é diferente com os atuais diretores do IAC.

Temos um passado glorioso a ser provado, um grande patrimônio da agricultura paulista e brasileira, além de ser base para o desenvolvimento de pesquisas de outras instituições. Mas condição para isto é nos aprimorarmos, estabele-

cermos prioridades. Temos focado e estabelecemos procedimentos para que parcerias possam se multiplicar. Com a escalada tecnológica, ficar parado no tempo e utilizar mal o dinheiro público fará com que percamos o status de referência na pesquisa.

Sinto-me na obrigação de corrigir alguns dados divulgados. O dr. Raul Moreira citou em seu artigo que, em 1978, o IAC tinha seis vezes a quantidade de pesquisadores que temos hoje, que são 158, portanto seriam 936. Nem a CPA, atualmente APTA, teve este número de técnicos. O maior contingente de pesquisadores do IAC foi 250 técnicos, em 1994. Atualmente são 158 sediados no IAC e 73 nos Polos Regionais da APTA, ou seja, são 231 pesquisadores atuando na área de domínio do IAC. O Centro de Citricultura

que leva o nome do pai do dr. Raul Moreira, por exemplo, conta com 17 pesquisadores, o maior número de sua história.

O pessoal de apoio teve contingente máximo em 1972, com 2.267 servidores. Em 2002, a criação do Departamento para gestão das unidades regionais e Polos (DDD) absorveu cerca de dois terços. Reconheço a necessidade de pesquisadores para algumas áreas estratégicas, de pessoal de apoio técnico e administrativo.

Com relação à citação ao dr. André Tozzolo, ele nunca foi diretor do IAC. Foi responsável pela transformação da Seção de Tecnologia Agrícola, em 1963, em Centro Tropical de Pesquisa e Tecnologia de Alimentos, que em 1969 passou a ser o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), sen-

do seu diretor de 1963 a 1971.

Tenho orgulho de dizer que, no período de 2008 a 2014, foram investidos R\$ 499,5 milhões nos Institutos de Pesquisa da APTA, R\$ 89,57 milhões oriundos do Tesouro do Estado e R\$ 4 milhões do Fundo Especial de Despesa. A competência técnica dos Institutos atraiu a confiança de instituições privadas e públicas. Entre 2008 e 2014, a iniciativa privada investiu R\$ 274,15 milhões nos Institutos. Agências de fomento, como a Fapesp e o CNPq, investiram R\$ 95 milhões. Os recursos federais somaram R\$ 36,68 milhões. Os investimentos, em especial, em equipamentos de campo e laboratório permitiram a acreditação/ credenciamento de 220 procedimentos laboratoriais nessas instituições.

O Instituto Agrônomo é impulsionador do Agropolo Brasil - Campinas, inspirado no modelo da Agropolis International de Montpellier, na França, ação liderada pelo prefeito de Campinas Jonas Donizette, que conhece bem o potencial científico das instituições sediadas em Campinas, em especial o IAC.

Somente no primeiro semestre de 2015, o IAC lançou 16 cultivares. Entre 2010 e 2014, a média foi de 18 por ano, totalizando 89. Entre 2000 e 2009, foram 236, com média de 23 por ano, muito superior à média de 10 por ano, desde 1932.

Sabemos da importância das nossas instituições de pesquisa para o desenvolvimento do Estado e do País. Se nosso Estado não é mais a liderança na produção agrícola deve continuar sendo a liderança na geração do conhecimento.

■ ■ Orlando Melo de Castro é pesquisador, coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



ECONOMIA

Virtude falaciosa

MARCO MILANI

A crise econômica não começou agora. Apenas ficaram mais evidentes os efeitos nocivos da desastrosa e ideologizada condução da economia brasileira nos últimos anos.

Aos dados estatísticos que comprovam o aumento do desemprego, a alta inflacionária,

a elevação das taxas de juros e a queda constante do Produto Interno Bruto, soma-se a instabilidade política marcada por escândalos de corrupção e favorecimento governista.

Como se não bastasse a constatação da inabilidade na formulação de políticas econômicas eficazes, a tentativa de se reverter este quadro recessivo enfrenta a resistência de integrantes do próprio governo, pois consideram que a redução de gastos públicos não re-

solverá o problema. Ora, sem equilíbrio fiscal não há economia que se sustente no longo prazo e, mesmo assim, adeptos de anacrônicas cartilhas vermelhas insistem em ignorar a realidade em nome de utopias.

Não é por acaso que a capacidade do Brasil em atrair investimentos externos também vem sendo questionada devido ao seu risco de inadimplência. Como consequência, os títulos brasileiros lançados no

mercado internacional tendem a pagar taxas maiores para que consigam captar novos recursos.

No momento, toda a atenção presidencial está voltada ao pedido de impeachment elaborado, inclusive, por um dos fundadores do PT, o jurista Hélio Bicudo. Essa situação faz com que os esforços governistas sejam para se manter no poder, deixando para segundo plano o futuro econômico do país.

Diferentemente da posição adotada nos pedidos de impeachment que o próprio partido da presidente tomou parte contra governantes do passado, como Fernando Collor, agora Dilma Rousseff é quem

tem que se defender e a estratégia adotada para a persuasão pública é o discurso de que se trata de um golpe político, ainda que previsto constitucionalmente.

Um dos principais motes de Hélio Bicudo é o crime de responsabilidade fiscal, evidenciado nos casos em que houve o financiamento direto do governo por bancos públicos.

A justificativa da presidente para o crime fiscal é de que necessitava desembolsar as transferências para programas sociais. Mas se faltou dinheiro para esses pagamentos foi porque ele foi gasto em outras coisas, não é mesmo? Assim, não se trata de uma justificativa virtuosa, porém uma demonstra-

ção de planejamento incorreto e uso ineficiente e irresponsável de recursos. Mais uma vez a relevância orçamentária vem à tona e corrobora com a urgência de que esse assunto não seja tratado como simples ajuste técnico de planilhas.

O futuro econômico deste país depende, dentre outras variáveis, da seriedade com que o orçamento público seja construído seguindo-se a noção básica de que só se deve gastar aquilo que se tem. Que falácias ideológicas e o desculpismo oportunista deixem de servir de base para crimes fiscais.

■ ■ Marco Milani é economista, pós-doutor pela Universidade de Salamanca (Espanha), professor da Unicamp